
Eco135
Concessionária
de Rodovias S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Marcelo Orlando
Signed By: MARCELO ORLANDO 05390848837
CPF: 05390848837
Signing Time: 15 March 2023 | 19:31 BRT

EFC68148A6912007A2EE843E80CE289

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas

A Administração da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Mensagem da Administração

A Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., foi constituída em 18 de abril de 2018, tendo por objeto social, único exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65 km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10 km, perfazendo uma extensão total de 363,95 km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária.

Em conformidade com as diretrizes e os objetivos do Grupo EcoRodovias, todo trabalho vem sendo realizado com visão de longo prazo e respeito ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Eco135 agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 39.079 mil em 2022, aumento de 6,3% em relação a 2021. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 4,8% devido à flexibilização das regras de isolamento social no combate à Covid-19 em função da evolução dos programas e campanhas de vacinação. O tráfego de veículos pesados apresentou crescimento de 6,6% devido ao fluxo de veículos de longo curso entre a região Nordeste e o Estado de São Paulo.

A tarifa média foi de R\$8,53 em 2022, 9,4% superior em relação a 2021.

Em abril de 2022, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Eco135 com aumento de 10,5% em função da variação do IPCA. De acordo com o contrato de concessão o reajuste estava previsto para ser aplicado em 18 de maio de 2021.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$781,0 milhões em 2022, aumento de 63,5% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$27,9 milhões, 16,4% superior a 2021.

Receita de Pedágio – R\$333,7 milhões em 2022, aumento de 16,2% devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio.

Receita de Construção – R\$447,3 milhões em 2022, aumento de 134,8% devido ao maior volume de obras no período.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$753,0 milhões em 2022. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada foi de R\$305,7 milhões, aumento de 16,2% em relação a 2021.

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 21 da Demonstração Financeira da Companhia.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$550,6 milhões em 2022, aumento de 96,6% em relação a 2021. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$59,8 milhões, aumento de 6,7% em relação a 2021. As principais variações foram:

Pessoal: R\$16,5 milhões em 2022, aumento de 11,3% devido, principalmente, à provisão de participação nos resultados (PLR).

Conservação e Manutenção: R\$6,9 milhões em 2022, aumento de 13,8% em função, principalmente, dos gastos com conservação e revestimento vegetal e material de pavimento.

Serviços de terceiros: R\$26,8 milhões em 2022, redução de 1,1%, devido, principalmente, a adequação dos contratos dos serviços de ambulâncias e com resgates e remoções (IFRS16).

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$4,7 milhões em 2022, aumento de 14,0% devido, principalmente, aos custos com seguro de riscos diversos e taxa de fiscalização ao poder concedente.

Outros: R\$5,0 milhões em 2022, aumento de 24,4% devido, principalmente, aos custos com combustíveis de veículos pesados e provisão para multas administrativas.

Depreciação e Amortização: R\$31,9 milhões em 2022, aumento de 22,4% devido a maior base de ativos no período.

Provisão para manutenção: R\$11,6 milhões em 2022, aumento de 55,1% decorrente da revisão do cronograma de obras de manutenção do contrato de concessão.

Custo de construção de obras: R\$447,3 milhões em 2022, aumento de 134,8% devido ao maior volume de obras realizadas no período.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide Nota Explicativa nº 22 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2022, o EBITDA atingiu R\$234,3 milhões e a margem EBITDA, 31,1%. O EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$245,9 milhões, aumento de 18,7% em relação a 2021 e margem EBITDA ajustada de 80,4%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$168,1 milhões em 2022, redução de 21,3% em relação aos R\$213,4 milhões negativos em 2021 devido, principalmente, a redução dos efeitos financeiros sobre o direito da outorga (não caixa) decorrentes da variação do IPCA e pela capitalização dos juros sobre empréstimos e financiamentos.

Para mais informações sobre o Resultado Financeiro, vide Nota Explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2022, a Eco135 apresentou lucro líquido de R\$22,8 milhões.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Eco135 encerrou o exercício de 2022 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo no montante de R\$127,4 milhões, e dívida bruta, composta por empréstimo e financiamentos de R\$502,8 milhões, sendo 99,4% dos vencimentos no longo prazo. As obrigações com Poder Concedente no valor de R\$963,7 milhões e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$7,7 milhões.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$375,4 milhões e o indicador de Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 1,5x.

Para mais informações sobre o Endividamento, vide Notas Explicativas nº 13, 14 e 18 da Demonstração Financeira da Companhia.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$488,1 milhões em 2022, relativos as obras contratuais do período.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2022 totalizaram R\$237,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da ECO135 Concessionária de Rodovias S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2022.

Curvelo – MG, 15 de março de 2022.

A Administração

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	117.204	31.814	Fornecedores		9.183	10.863
Aplicações financeiras	6	4.372	1.751	Risco sacado	28	949	9.014
Aplicações financeiras - conta reserva	7	549	541	Emprestimos e financiamentos	13	3.042	2.519
Clientes	8	21.688	19.866	Passivo de arrendamento	14	4.025	187
Tributos a recuperar		2.180	9.986	Impostos, taxas e contribuições a recolher		5.033	4.492
Despesas antecipadas		2.205	782	Obrigações sociais e trabalhistas		2.506	2.141
Outros créditos		<u>2.273</u>	<u>2.082</u>	Partes relacionadas	15	27.441	18.645
Total do ativo circulante		<u>150.471</u>	<u>66.822</u>	Obrigações com Poder Concedente	18	101.564	95.001
				Provisão para construção de obras futuras	17	11.854	31.542
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		<u>316</u>	<u>330</u>
Tributos diferidos	12.a)	31.314	42.619	Total do passivo circulante		<u>165.913</u>	<u>174.734</u>
Aplicações financeiras - conta reserva	7	5.319	3.242				
Depósitos judiciais	9	13		NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	10	11.536	15.842	Emprestimos e financiamentos	13	499.790	218.213
Intangível	11	<u>1.533.436</u>	<u>1.693.254</u>	Passivo de arrendamento	14	3.700	1.134
Total do ativo não circulante		<u>1.581.618</u>	<u>1.754.957</u>	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	19	230	108
				Provisão para construção de obras futuras	17	16.756	-
				Provisão para manutenção	16	26.047	13.263
				Obrigações com Poder Concedente	18	862.162	1.431.268
				Outras contas a pagar		<u>10.905</u>	<u>9.097</u>
				Total do passivo não circulante		<u>1.419.590</u>	<u>1.673.083</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO/(PASSIVO A DESCOBERTO)			
				Capital social	20.a)	206.924	56.924
				Prejuízo acumulado		<u>(60.338)</u>	<u>(82.962)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>146.586</u>	<u>(26.038)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.732.089</u>	<u>1.821.779</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.732.089</u>	<u>1.821.779</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
RECEITA LÍQUIDA	21	753.023	453.689
Custo dos serviços prestados	22	(535.523)	(266.957)
LUCRO BRUTO		<u>217.500</u>	<u>186.732</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	22	(15.049)	(13.070)
Outras receitas (despesas), líquidas		(1)	(2)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>202.450</u>	<u>173.660</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	7.433	4.270
Despesas financeiras	23	(175.499)	(217.698)
		<u>(168.066)</u>	<u>(213.428)</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>34.384</u>	<u>(39.768)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	12.b)	(455)	455
Diferidos	12.a)	(11.305)	13.549
		<u>(11.760)</u>	<u>14.004</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>22.624</u>	<u>(25.764)</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	24	<u>0,22</u>	<u>(0,45)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	22.624	(25.764)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>22.624</u>	<u>(25.764)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/(PASSIVO A DESCOBERTO)

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>56.924</u>	<u>(57.198)</u>	<u>(274)</u>
Prejuízo do exercício		-	(25.764)	(25.764)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>56.924</u>	<u>(82.962)</u>	<u>(26.038)</u>
Aporte de capital	20.a)	150.000	-	150.000
Lucro do exercício		-	22.624	22.624
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>206.924</u>	<u>(60.338)</u>	<u>146.586</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) do exercício	22.624	(25.764)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	31.884	26.040
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	7.951	110
Capitalização de juros	(27.844)	(15.280)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	41.432	28.947
Constituição e atualização monetária de provisão para perdas cíveis	599	194
Constituição e atualização monetária de provisão para manutenção e construção de obras	12.784	7.934
Obrigações com Poder Concedente	2.718	2.488
Tributos diferidos	11.305	(13.549)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	(455)
Receita financeira - aplicações financeiras - conta reserva	-	(160)
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	154.275	201.018
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.822)	(5.110)
Tributos a recuperar	7.806	3.826
Despesas antecipadas	(1.423)	62
Outros créditos	(191)	(2.010)
Depósitos judiciais	(13)	
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(9.745)	16.140
Obrigações sociais e trabalhistas	365	223
Partes relacionadas - fornecedores	8.796	16.194
Impostos, taxas e contribuições a recolher	541	1.986
Pagamentos de perdas cíveis	(477)	(102)
Pagamentos de provisão construção de obras	(66)	(761)
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(2.719)	(2.488)
Outras contas a pagar	1.794	4.585
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	455
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>260.574</u>	<u>244.523</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(7.549)	(8.843)
Aquisição de intangível	(452.643)	(230.361)
Aplicações financeiras	(2.621)	(157)
Aplicações financeiras - conta reserva	(2.085)	(1.253)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(464.898)</u>	<u>(240.614)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de empréstimos e financiamentos e arrendamentos	(6.263)	(2.775)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	(20.231)	(9.351)
Captação de empréstimos e financiamentos	263.045	87.053
Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	(96.837)	(88.633)
Aporte de capital	150.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>289.714</u>	<u>(13.706)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>85.390</u>	<u>(9.797)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.814	41.611
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	117.204	31.814
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>85.390</u>	<u>(9.797)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ECO135 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 18 de abril de 2018, tendo por objeto social, único exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135, (ii) MG-231; e (iii) LMG-754, de acordo com a concorrência pública internacional nº 006/2017 do Estado de Minas Gerais. O Contrato de Concessão, com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais – SETOP – MG, assinado em 19 de junho de 2018, possui prazo final em 18 de junho de 2048. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.c). A sede está localizada na Avenida Bias Fortes, 2015, Bairro Tibira, no município de Curvelo – MG. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália.

Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que o tráfego de veículos leves e pesados, principal indicador impacto pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia.

b) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia.

c) Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance*)

A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos.

A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas – adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (vide Nota Explicativa nº 23).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 11 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada Contrato de Concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

g) Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e adotadas

Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – *Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 *Classification of liabilities as current or non-current*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

j) Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro/(prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

k) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes.
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego.
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCo1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis), sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos de empréstimos e financiamentos

Conforme descrito na Nota Explicativa 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,74% ao ano (8,60% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAPolítica contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	2.924	4.612
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	85.034	24.880
Certificado de depósito bancário CDB (b)	29.013	2.201
Aplicações automáticas (c)	233	121
	<u>117.204</u>	<u>31.814</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100,0% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 85% do CDI em 31 dezembro de 2022 (83,9% em 31 de dezembro de 2021), sem risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.
- (c) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui - aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Recursos não vinculados	4.372	1.751
	<u>4.372</u>	<u>1.751</u>

Em 31 dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo de investimento	<u>5.868</u>	<u>3.783</u>
	<u>5.868</u>	<u>3.783</u>
Circulante	549	541
Não circulante	5.319	3.242

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 98,7% do CDI em 30 dezembro 2022 e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários.

As aplicações financeiras – conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras – conta reserva, por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pedágio eletrônico (a)	21.171	19.462
Outras contas a receber	<u>517</u>	<u>404</u>
	<u>21.688</u>	<u>19.866</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	<u>21.688</u>	<u>19.866</u>
	<u>21.688</u>	<u>19.866</u>

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. DEPOSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhista	13	-
	<u>13</u>	<u>-</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 19 Provisão para Perdas Cíveis.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adições	13	-
Saldo no fim do exercício	<u>13</u>	<u>-</u>

10. IMOBILIZADOPolítica contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor líquido e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Na tabela abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	20,1	17,6	10,2	25,0	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021	15.193	8.571	645	8	24.417
Adições	1.068	6.407	74	-	7.549
Baixas	-	(7.951)	-	-	(7.951)
Transferências	6	-	(6)	-	-
Saldos em 31/12/2022	16.267	7.027	713	8	24.015
DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2021	(8.177)	(254)	(144)	-	(8.575)
Adições	(3.160)	(673)	(69)	(2)	(3.904)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	(11.337)	(927)	(213)	(2)	(12.479)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022	4.930	6.100	500	6	11.536
Em 31/12/2021	7.016	8.317	501	8	15.842
CUSTO					
Saldos em 31/12/2020	14.295	793	527	-	15.615
Adições	939	7.778	118	8	8.843
Transferências	(41)	-	-	-	(41)
Saldos em 31/12/2021	15.193	8.571	645	8	24.417
DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2020	(5.239)	(130)	(86)	-	(5.455)
Adições	(2.940)	(124)	(58)	-	(3.122)
Transferências	2	-	-	-	2
Saldos em 31/12/2021	(8.177)	(254)	(144)	-	(8.575)
RESIDUAL					
Em 31/12/2021	7.016	8.317	501	8	15.842
Em 31/12/2020	9.056	663	441	-	10.160

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 havia alguns bens do ativo imobilizado, vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 13).

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não forma identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

11. INTANGÍVELPolítica contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contratos de Concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	(ii)	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	-	-	19,97	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021	1.386.062	359.941	2.894	4.742	1.753.639
Adições	96.473	381.137	11	10.521	488.142
Baixas	(619.980)	-	-	-	(619.980)
Transferências	61.581	(61.581)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	924.136	679.497	2.905	15.263	1.621.801
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021	(55.647)	-	(1.401)	(3.337)	(60.385)
Adições	(23.217)	-	(579)	(4.184)	(27.980)
Saldos em 31/12/2022	(78.864)	-	(1.980)	(7.521)	(88.365)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022	845.272	679.497	925	7.742	1.533.436
Em 31/12/2021	1.330.415	359.941	1.493	1.405	1.693.254

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Contratos de Concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	(ii)	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	-	-	20,2	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2020	900.262	183.217	2.690	3.097	1.089.266
Adições	502.000	160.598	199	1.645	664.442
Baixas	(110)	-	-	-	(110)
Transferências	(16.090)	16.126	5	-	41
Saldos em 31/12/2021	1.386.062	359.941	2.894	4.742	1.753.639
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2020	(34.036)	-	(837)	(2.592)	(37.465)
Adições	(21.609)	-	(564)	(745)	(22.918)
Transferências	(2)	-	-	-	(2)
Saldos em 31/12/2021	(55.647)	-	(1.401)	(3.337)	(60.385)
RESIDUAL					
Em 31/12/2021	1.330.415	359.941	1.493	1.405	1.693.254
Em 31/12/2020	866.226	183.217	1.853	505	1.051.801

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2022, as principais adições nesta rubrica referem-se a: serviços de obras de restauração de pavimentos, sinalizações horizontais e verticais e infraestruturas para as praças de pedágios.
- (ii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 2,65% a.a. (1,90% a.a. em 31 de dezembro 2021).
- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2022 referem-se a: projetos de adequações, melhorias e acessos, pavimentação, conservação e restauração de sinalização e terraplenos, obras em faixa adicional, consultoria de apoio de ampliação, compensação e regularização ambiental.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados R\$27.844 referentes a encargos financeiros (R\$15.280 em 31 de dezembro de 2021) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de financiamentos.

A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2022. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,45% a.a. (14,13% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIALPolítica contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	31/12/2022
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	36	41	-	77	41
Prejuízo fiscal e base negativa	9.807	-	(221)	9.586	(221)
Provisão para manutenção	4.509	3.936	410	8.855	4.346
Juros capitalizados	(7.509)	(9.467)	79	(16.897)	(9.388)
AVP ônus da concessão	35.765	20.609	(26.682)	29.692	(6.073)
Provisão férias diretor/stock option	11	-	(10)	1	(10)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	<u>42.619</u>	<u>15.119</u>	<u>(26.424)</u>	<u>31.314</u>	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					<u>(11.305)</u>

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 – Tributos sobre o Lucro, parágrafo 73, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$31.314 no ativo não circulante (R\$42.619 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2021) e registrou R\$11.305 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	10.587
2023	9.169	770
2024	(416)	770
2025	(417)	770
2026	(417)	770
2027	(417)	28.952
Posteriores a 2027 (*)	23.812	-
	31.314	42.619

(*) Os valores acima de 10 anos, referem-se ao AVP do Ônus da Concessão que vigera até 2048 e serão amortizados em prazos razoáveis antes do término de concessão.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	34.383	(39.768)
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(11.690)	13.521
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(159)	(72)
Despesas indedutíveis	(6)	(64)
Incentivos fiscais (PAT)	-	(10)
Outros	95	629
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(11.760)	14.004
Imposto de renda e contribuição social correntes	(455)	455
Impostos diferidos	(11.305)	13.549
Taxa efetiva	34,2%	35,2%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	-	-
Despesa IR/CS DRE	-	455
Total de IR/CS pagos	-	(455)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	-	-

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2022	31/12/2021
BNDES (a)	06/2043	IPCA TLP + 3,49%a.a.	487.643	209.655
Finame (b)	07/2026	IPCA TLP + 3,40%a.a.	3.165	3.279
Finame (b)	09/2026	IPCA TLP + 3,40%a.a.	88	89
Finame (b)	07/2026	IPCA TLP + 3,40%a.a.	5.408	5.342
Finame (b)	12/2026	IPCA TLP + 4,08%a.a.	6.528	2.367
			<u>502.832</u>	<u>220.732</u>
Circulante			3.042	2.519
Não circulante			499.790	218.213

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2023	-	1.807
2024	19.529	9.710
2025	20.341	10.067
2026	21.195	10.440
2027	17.126	7.246
Posteriores a 2027	<u>421.599</u>	<u>178.943</u>
	<u>499.790</u>	<u>218.213</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos do exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	220.732	115.933
Adições	263.045	87.053
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23)	40.867	28.739
Pagamento principal	(2.146)	(1.850)
Pagamento de juros	(19.666)	(9.143)
Saldo no fim do exercício	<u>502.832</u>	<u>220.732</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a) BNDES	Beneficiária: ICSD =>1,3 / PL ajustado/ AT ajustado => 20% Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Interveniente: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado <= 4,00	Penhor 100% Ações / Cessão Fiduciária de Direitos creditórios até o final da liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato. Fiança da Ecorodovias
(b) Santander	Não exigem manutenção de índices	Alienação do bem

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com os índices financeiros

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(“covenants”), requeridos pelo contrato com o BNDES.

	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) ICSD-Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	≥1,3	2,07
(ii) Patrimônio Liq. Ajustado (desconsidera Ônus da Concessão Ativo e Passivo) /Ativo Total Ajustado (Desconsidera Ônus da Concessão)	≥ 20%	53,68%
(iii) Dívida líquida/EBITDA Ajustado Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	≤ 4,00	3,93

A Companhia está adimplente com todas as demais cláusulas restritivas do referido contrato.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na Companhia são como segue:

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	71.489	71.489	4.358	276 mensais
b 1 ^a	661.572	328.436	-	234 mensais
c	263.289	55.194	-	234 mensais
Total	<u>996.350</u>	<u>455.119</u>	<u>4.358</u>	

14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	<u>7.725</u>	<u>1.321</u>
Circulante	4.025	187
Não circulante	3.700	1.134

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial do exercício	1.321	601
Adição	10.521	1.645
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23)	565	208
Pagamento principal	(4.117)	(925)
Pagamento de juros	(565)	(208)
Saldo no fim do exercício	<u>7.725</u>	<u>1.321</u>

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (“*arm’s lenght basis*”).

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Custo	Despesas
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	4.963	4.311	-	11.615	5.258
Itinera Construções Ltda (b)	Outras partes relacionadas		139.832	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora	-	-	152	-	-	-
ICCR 135 S.A (d)	Outras partes relacionadas		51.437	22.978	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2022		-	196.232	27.441	-	11.615	5.258
Total em 31 de dezembro de 2021		27.317	-	-	18.645	9.148	4.712

- (a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$21.359, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto de R\$4.311 em 31 de Dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A Itinera Construções Ltda, partes relacionadas, prestou serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. O preço global firmado é de R\$713.320 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido à ICCR 135 S.A..
- (c) O saldo refere-se a transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.
- (d) A ICCR 135 S.A, cessionária do contrato da Itinera Construções, partes relacionadas, presta serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. O preço global firmado é de R\$713.320 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. O saldo em aberto de R\$22.978 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias,

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$2.588 (R\$1.125 no exercício de 2021).

A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.531	805
Gratificação	229	-
Remun. com base em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	(34)	1
Seguro de vida	3	2
Assistência saúde	100	88
FGTS	62	43
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP)	232	153
	<u>2.123</u>	<u>1.092</u>

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,74% ao ano (8,60% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Adição (custo)	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 22)	17.890	15.635	-	33.525
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 22)	(5.173)	(4.056)	-	(9.229)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 23)	546		1.205	1.751
	<u>13.263</u>	<u>11.579</u>	<u>1.205</u>	<u>26.047</u>
Não circulante	13.263			13.263

	31/12/2020	Adição (custo)	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 22)	7.418	10.472	-	17.890
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 22)	(2.165)	(3.008)	-	(5.173)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 23)	76	-	470	546
	<u>5.329</u>	<u>7.464</u>	<u>470</u>	<u>13.263</u>
Não circulante	5.329			13.263

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,70% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos e financiamentos em 2019, ano da constituição da provisão. A partir de 1º de janeiro de 2020, se houver necessidade de novas provisões advindas de aditivos contratuais, a taxa de desconto corresponderá ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Efeito Financeiro		31/12/2022
		- Intangível	Pagamento	
Constituição da provisão para obras futuras	31.180	-	-	31.180
Efeito do valor presente sobre a constituição	(2.214)	-	-	(2.214)
Realização da construção	(862)	-	(66)	(928)
Ajuste a valor presente – realizações (vide nota explicativa nº23)	2.214	-	-	2.214
Atualização Monetária	1.224	(2.866)	-	(1.642)
	<u>31.542</u>	<u>(2.866)</u>	<u>(66)</u>	<u>28.610</u>
Circulante	31.542			11.854
Não circulante	-			16.756

	31/12/2020	Efeito Financeiro		31/12/2021
		- Intangível	Pagamento	
Constituição da provisão para obras futuras	31.180	-	-	31.180
Efeito do valor presente sobre a constituição	(2.214)	-	-	(2.214)
Realização da construção	(101)	-	(761)	(862)
Ajuste a valor presente – realizações (vide nota explicativa nº23)	2.214	-	-	2.214
Atualização Monetária	2.914	(1.690)	-	1.224
	<u>33.993</u>	<u>(1.690)</u>	<u>(761)</u>	<u>31.542</u>
Circulante	1.143			31.542
Não circulante	32.850			-

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Parcelas fixas (a)	<u>963.726</u>	<u>1.526.269</u>
	963.726	1.526.269
Circulante	101.564	95.001
Não circulante	862.162	1.431.268

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	1.526.269	995.038
Baixa Principal (b)	(253.718)	-
Revisão taxa AVP (a)	(366.262)	418.846
Custo (vide Nota Explicativa nº22)	2.718	2.488
Efeitos financeiros sobre o direito de outorga (vide nota explicativa nº 23)	154.275	201.018
Pagamentos	<u>(99.556)</u>	<u>(91.121)</u>
Saldo no final do exercício	<u>963.726</u>	<u>1.526.269</u>

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Parcelas fixas

Conforme contrato de concessão, assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947. Em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 Ajuste a Valor Presente uma revisão da taxa de desconto considerando a taxa WACC real de 4,84%, com a finalidade de possibilitar melhor análise do cenário econômico atual e a tomada de decisões econômicas que resultam na melhor avaliação e alocação de recursos. Em 30 de junho de 2022, a Companhia assinou o 1º aditivo ao contrato de Concessão, com a inclusão de novas obras e a redução no valor da outorga. Concomitantemente, a Companhia realizou novamente a revisão da taxa de desconto considerando a taxa WACC real de 8,37%, resultando numa redução do passivo.

b) Termo aditivo ao contrato

Em 29 de junho de 2022, ocorreu a celebração do 1º Termo Aditivo ao contrato SETOP 004/2018 de Concessão da BR153, entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA, que resultou no reequilíbrio em favor da Concessionária, mediante desconto integral da outorga pelo prazo de 30 meses, a contar a partir do início da operação do segmento rodoviário denominado Anel Viário de Montes Claros pela controlada.

O desconto sobre o valor total da outorga a ser paga ao Poder Concedente pela Companhia é de R\$244.000 (base: mar/2022), representando uma redução de aproximadamente 20% em valor presente das obrigações futuras. (R\$253.718 na data do registro contábil em junho de 2022).

O Termo Aditivo tem por objeto a incorporação, no Contrato de Concessão, do Anel Viário composto por 14,09 km de rodovias, sendo 4,45 km referente a implantação de novos trechos e 9,64 km referente a restauração e adequação de trecho já existente. O valor total das obras do Anel Viário é de R\$230.000 (base: mar/2022), resultando em um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a uma taxa interna de retorno real desalavancada (TIR) de 8,47%a.a. em favor da Companhia, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

O Termo Aditivo ainda prevê a exclusão de trecho urbano de Montes Claros com extensão de 3,1 km, que será excluído do Contrato de Concessão concomitantemente ao início da operação do Anel Viário, previsto para janeiro de 2024, no valor total de R\$44.000 (base: mar/2022).

c) Informações sobre o Contrato de Concessão

Contratante: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais – SETOP-MG.

Data da assinatura: 19 de junho de 2018.

Valor da outorga: R\$2.312.752 subdividido em 348 parcelas fixas mensais, reajustadas pela variação do IPC-A, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato.

Objeto da Concessão: Explora pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 364,0km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária, mediante a cobrança de pedágio.

O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: IPC-A.

Data de reajuste: 1º de abril de cada ano.

Prazo de vigência: 18 de junho de 2048.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram outras mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão além daquela destacada na Nota Explicativa nº 18.b).

Casos de extinção: Conforme cláusula 43 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) falência ou extinção da Companhia; e (f) anulação.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$447.308 (R\$190.485 em 31 de dezembro de 2021), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão.

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2022 (e 31 de dezembro de 2021), para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Previsão até o fim da concessão</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Melhorias na infraestrutura	802.592	828.496
Conservação especial (manutenção)	1.198.214	1.299.969
Equipamentos	59.879	56.787
Total	<u>2.062.685</u>	<u>2.185.252</u>

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Início Vigência	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	01/07/2022	01/07/2023	Pottencial	194.262
				<u>194.262</u>

19. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEISPolítica contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	Cíveis (a)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	108	108
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	519	519
(-) Pagamentos	(477)	(477)
(+) Atualização monetária	80	80
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>230</u>	<u>230</u>

	Cíveis (a)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	16	16
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	181	181
(-) Pagamentos	(102)	(102)
(+) Atualização monetária	13	13
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>108</u>	<u>108</u>

a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$7.961 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.392 em 31 de dezembro de 2021), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

b) Processos trabalhistas

Em 31 de Dezembro de 2022, existem outros processos de natureza trabalhista que totalizam R\$1.280 (R\$79 em 31 de dezembro de 2021), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$206.924 (R\$56.924 em 31 de dezembro de 2021), representados por 206.923.986 (56.923.986 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os aumentos de capital realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Data	Valor Nominal	Quantidade de ações	Valor total
22/07/2022	R\$ 1,00 (um real)	40.000.000	40.000
05/09/2022	R\$ 1,00 (um real)	33.000.000	33.000
06/10/2022	R\$ 1,00 (um real)	39.000.000	39.000
24/11/2022	R\$ 1,00 (um real)	26.000.000	26.000
15/12/2022	R\$ 1,00 (um real)	12.000.000	12.000
		<u>150.000.000</u>	<u>150.000</u>

b) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram pagos valores a títulos de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude dos prejuízos apurados nos referidos exercícios.

21. RECEITA LÍQUIDAPolítica contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita com arrecadação de pedágio		
Pedágio em numerário	59.177	65.709
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	227.765	181.277
Vale pedágio e outros	46.387	39.952
Outras	331	276
	<u>333.660</u>	<u>287.214</u>
Receita de construção (b)	447.308	190.485
Receita bruta	<u>780.967</u>	<u>477.699</u>
Deduções da receita bruta	(27.945)	(24.010)
Receita líquida	<u>753.022</u>	<u>453.689</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	<u>333.600</u>	<u>287.214</u>
	<u>333.600</u>	<u>287.214</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(10.010)	(8.617)
Pis (0,65%)	(2.172)	(1.867)
ISS (2% a 5%)	(15.655)	(13.479)
Abatimentos	(108)	(47)
Deduções da receita bruta	<u>(27.945)</u>	<u>(24.010)</u>

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	16.492	14.823
Conservação e manutenção e outros	6.910	6.072
Serviços de terceiros (*)	26.760	27.053
Seguros	1.800	1.486
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	2.718	2.488
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 16)	11.579	7.464
Custo de construção de obras	447.308	190.485
Depreciações e amortizações (Vide Nota explicativa nº 10 e 11)	31.884	26.040
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	137	111
Outros custos e despesas operacionais	4.984	4.005
	<u>550.572</u>	<u>280.027</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	535.523	266.957
Despesas gerais e administrativas	15.049	13.070
	<u>550.572</u>	<u>280.027</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	7.069	3.778
Outras receitas financeiras	364	492
	<u>7.433</u>	<u>4.270</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(20.621)	(10.103)
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	(20.246)	(18.636)
Varição monetária sobre direito de outorga (vide nota explicativa nº 18)	(154.275)	(201.018)
Encargos capitalizados	27.844	15.280
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção e construção de obras futuras	(1.205)	(470)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(80)	(13)
Pis/Cofins s/ outras receitas financeiras	(343)	(199)
Juros sobre arrendamento mercantil - CPCo6 (R2)	(565)	(208)
Outras despesas financeiras	(6.008)	(2.331)
	<u>(175.499)</u>	<u>(217.698)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(168.066)</u>	<u>(213.428)</u>

24. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

a) Lucro/(Prejuízo) básico por ação

O lucro/(prejuízo) básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro/(prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro/(prejuízo) básico por ação	22.624	(25.764)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação	100.894	56.924
Lucro/(prejuízo) básico por ação das operações continuadas	<u>0,22</u>	<u>(0,45)</u>

b) Lucro/(prejuízo) diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROSGestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dívida (a)	1.474.283	1.748.322
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	<u>(123.072)</u>	<u>(35.597)</u>
Dívida líquida	1.351.211	1.712.725
Patrimônio líquido (b)	<u>146.586</u>	<u>(26.038)</u>
Índice de endividamento líquido	9,22	(65,78)

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamentos a pagar, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhados nas Notas Explicativas nº 13, 14 e 18.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital, além dos prejuízos acumulados.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 98,9% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (101,1% em 31 de dezembro de 2021), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Classificação – Custo amortizado</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos:		
Caixa e bancos (ii)	2.924	2.924
Clientes (i)	21.688	21.688
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (ii)	124.520	124.520
Passivos:		
Fornecedores (i)	10.132	10.132
Risco Sacado (i)	949	949
Arrendamento a pagar (iii)	7.725	7.725
Empréstimos e financiamentos (iii)	502.832	463.069
Obrigações com Poder Concedente (iv)	963.726	1.999.691

- (i) Os saldos de clientes, fornecedores e risco sacado possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamentos e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com Poder Concedente”.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

<u>Risco</u>	<u>Subcategoria</u>
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência.
Operacional	“Capex”, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura.
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio.
“Compliance”	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade.
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos.
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, *Compliance* e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Companhia supervisiona a gestão de riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de debêntures a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$12.594 (R\$10.673 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos	Entre 13 e	Entre 25 e	37 meses
		12 meses	24 meses	36 meses	em diante
BNDES Obrigações com o Poder Concedente	IPCA TLP + 1,68% a.a.	26.699	38.631	38.571	682.778
	IPC-A	103.593	109.705	116.178	5.489.149
Finame	IPCA TLP + 3,40% a.a.	782	3.791	3.466	3.134
Finame	IPCA TLP + 4,08% a.a.	849	3.046	2.750	2.456
Arrendamento a Pagar	Cfe contrato individual	4.025	1.364	1.163	1.173
		<u>135.948</u>	<u>156.537</u>	<u>162.128</u>	<u>6.178.690</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$15.442 (ativo circulante de R\$150.471 e passivo circulante de R\$165.913, principalmente decorrente de obrigações com o Poder Concedente de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPC-A, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI (a)	11.618	14.522	17.427
Juros sobre obrigações com Poder Concedente	Alta do IPCA (b)	(32.047)	(33.016)	(33.986)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA (b)	(24.402)	(30.503)	(36.603)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA (b)	(300)	(323)	(347)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA (b)	(9)	(10)	(11)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA (b)	(512)	(553)	(593)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA (b)	(905)	(997)	(1.090)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(46.557)</u>	<u>(50.880)</u>	<u>(55.203)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25%</u>	<u>Cenário III 50%</u>
CDI (a)	12,40%	15,50%	18,60%
IPCA (b)	5,21%	6,52%	7,82%

Fonte: Relatório da consultoria LCA – Dezembro/2022.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolvem caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

<u>Transação</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Direito de uso – CPC 06 (R2)	10.521	1.645
Baixa parcelas fixas Ônus Concessão (vide Nota Explicativa nº 18)	(253.718)	-
Ajuste a Valor Presente Ônus Concessão (vide Nota Explicativa nº 18)	(366.262)	418.846

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. RISCO SACADO

A Companhia mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de dezembro de 2022, o valor é de R\$949 (R\$9.014 em 31 de dezembro de 2021).

29. EVENTO SUBSEQUENTE

Decisão Supremo Tribunal Federal (STF)

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Administração da Companhia, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia.

Certificate Of Completion

Envelope Id: EA69FD5236F244F0B43073E059D06443

Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: ECO135CONCRODOVIAS22.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Acordo de Confidencialidade (NDA), Declarações de proteção de dados (DPA), outras declarações

Source Envelope:

Document Pages: 47

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Eder Oliveira

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Envelopeld Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

eder.oliveira@pwc.com

IP Address: 201.56.164.188

Record Tracking

Status: Original

15 March 2023 | 18:07

Holder: Eder Oliveira

eder.oliveira@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

15 March 2023 | 19:31

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Marcelo Orlando

marcelo.orlando@pwc.com

partner

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

 EFC9BAA8A6A1420...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 134.238.159.64

Timestamp

Sent: 15 March 2023 | 18:09

Viewed: 15 March 2023 | 19:31

Signed: 15 March 2023 | 19:31

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Eder Oliveira

eder.oliveira@pwc.com

Manager

PricewaterhouseCoopers

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 15 March 2023 | 19:31

Viewed: 15 March 2023 | 19:31

Signed: 15 March 2023 | 19:31

Witness Events**Signature****Timestamp**

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	15 March 2023 18:09
Certified Delivered	Security Checked	15 March 2023 19:31
Signing Complete	Security Checked	15 March 2023 19:31
Completed	Security Checked	15 March 2023 19:31

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------